

Circulação dos mouriscos após a deportação do reino de Granada (1570)

Ximena León Contrera [*]

[*] Pesquisadora independente, integrante do Grupo de Estudos de História Ibérica Moderna/Universidade de São Paulo (Gehim/USP). São Paulo (SP), Brasil.
E-mail: ximenalc@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2558-2484>

Resumo: Após a Revolta dos Mouriscos de Granada (1568-1570) ocorreu a deportação de boa parte dos mouriscos daquele reino para Castela e outros territórios peninsulares da Monarquia Hispânica. A remoção foi realizada rapidamente, sendo iniciada antes do final do conflito e sistematizada em três levas, entre 1569 e 1585. A deportação provocou debates sobre a pertinência de espalhar pela Espanha uma das fontes da dissidência religiosa: a comunidade mourisca de Granada. Após a distribuição foi constatado que os mouriscos, em muitos, casos tentavam desobedecer às ordens de restrição da circulação, buscando o retorno ao reino de Granada ou fuga para a *Berberia* mesmo em face a fortes obstáculos. Este artigo procura traçar alguns aspectos deste processo de mobilidade dos mouriscos de Granada, com base tanto nas documentações institucionais, como em relatos e processos individuais, denúncias, crônicas, cartas e censos ou *padrones* da população.

Palavras-chave: Ibérica Moderna; Mouriscos; Circulação de conversos.

Circulation of the Moriscos after the deportation from the kingdom of Granada (1570)

Abstract: After the *Morisco* Revolt (1568-1570) a large part of the *Moriscos* of the kingdom of Granada were deported to Castile and other peninsular territories of the Hispanic Monarchy. Their removal was carried out quickly, starting before the end of the conflict, being systematized in three waves between 1569 and 1585. The deportation sparked debates about the appropriateness of spreading one of the sources of religious dissent across Spain: the *Morisco* community of Granada. After the distribution, it was noticed that the *Moriscos* in many cases tried to disobey the orders to restrict their movement, aiming to return to the kingdom of Granada or to escape to the *Berberia*, even in the face of strong obstacles. This article seeks to outline some aspects of the mobility of the *Moriscos* of Granada, based on institutional documentation, individual reports and processes, denunciations, chronicles, letters and censuses or patterns of the population.

Keywords: Early Modern Iberia; *Morisco*; Converts circulation.

Introdução

*Verdaderamente fue cosa determinada de arriba para desarraigar de aquella tierra la nación morisca.*¹

O objetivo deste texto é identificar certos aspectos referentes à circulação dos mouriscos granadinos nos anos posteriores a 1570 em terras peninsulares hispânicas,² em particular na cidade de Sevilha, a partir da conjuntura relacionada com o exílio interno do grupo, a mando da Coroa. As fontes utilizadas incluem processos, executórias, pleitos, cartas³ e documentação institucional (pragmáticas, provisões, instruções, ordens reais e outros dispositivos oficiais) e crônicas.

A aproximação ao tema da circulação dos granadinos permite desvendar estratégias para a sobrevivência dos anônimos (e desprovidos de maiores apoios mútuos) ou a preservação/retomada de grandes patrimônios e de influência dos proeminentes, constituindo-se a questão da identidade em outro âmbito relevante.⁴ Por outro lado, investigar este tema contribui também para problematizar os métodos da Coroa, de vigilância, uniformização e controle deste coletivo. Um olhar para estas dimensões proporciona uma melhor compreensão da questão mourisca neste período.

Ao examinar a especificidade do grupo granadino optamos por considerar um conceito especial para “circulações mouriscas” com base na formulação de Carette-Ismail a propósito das crônicas da segunda Guerra de Granada:

los tránsitos o desplazamientos de personas, los intercambios de bienes materiales – entre ellos las armas –, la propagación de ideas o creencias – incluyendo las religiosas –, o las órdenes o llamamientos dirigidos a varias personas; o sea formas de circulación diversas de los moriscos y entre los moriscos [...] (Carette-Ismail, 2018, p. 232).

Se a repartição dos mouriscos ocorreu sob a égide da necessidade de assimilação, quem a defendia eram os mesmos que buscavam uma clara e permanente diferenciação do coletivo (Cardaillac, 2004, p. 54): “*Su nuevo status de ‘cristianismo nuevo’ implica em vivir como cristianos, pagar como moros*” (García Ballester, 1984, p. 34-35)

¹ MármoI Carvajal (1600, Libro segundo, cap. XII, fo. 42).

² Deportados do reino de Granada devido a uma revolta mourisca: a segunda Guerra de Granada.

³ Extraídos de *Codoin (Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España)*. Disponível em: <https://www.heuristiek.ugent.be/vroegmoderne-tijd/digitale-bronnen/coleccion-de-documentos-ineditos-para-la-historia-de-espana/>. Acesso em: 3 jun. 2016.

⁴ Incluindo a escravização, a ser tratada em outro momento.

A questão mourisca: um problema sem fim

A Guerra de Granada (1568 a 1570) resultou na deportação da maioria dos mouriscos ou “naturais da terra”,⁵ e do reassentamento inicial em Castela e no Vale do Guadalquivir. A dramática situação agravou-se pelas condições climáticas do duro inverno, aumentando sofrimento e mortes. Escreveu um dos partidários da medida, Juan de Austria a Ruy Gomez, em 5 de novembro de 1570:

Foi a maior tristeza do mundo, porque, no momento da partida, houve tanta chuva, vento e neve, que essa pobre gente se amparava uma na outra lamentando-se. Não se pode negar que assistir ao despovoamento de um reino é o maior infortúnio que se pode imaginar. Enfim, acabou-se (Braudel, 1995, v. 2, p. 449).

Lapeyre calculou uma taxa média de mortalidade dos mouriscos de 20,7%, devida “*a las fatigas del trayecto invernal y las distancias excesivas causa de un gran número de muertes [...]*”, em 1570-1571⁶ (Lapeyre, 2009, p. 134).

As ações da Monarquia Hispânica motivaram reações estratégicas dos mouriscos granadinos e por isso citamos aqui algumas dessas medidas que também retratam um panorama geral.

Correspondência do licenciado Valera, de 2 de janeiro de 1571, em resposta a cédula do rei mandando informar sobre a acomodação dos mouriscos,

digo que como el Asistente ha informado a V. M., él recibió por un ent[reg]o de Don Sancho de Leyva quatro myll y trezientos y tantos moriscos entre hombres, mujeres y niños y todos éstos vinieron destrozados y los más de ellos enfermos, mareados y el Asistente cumpliendo lo que V. M. le enbió a mandar por otra su real cédula repartió mill y trescientos dellos en lugares de Frexenal, Aracena, Constantina, Alanis, Cazalla y el Pedroso, tierra de Sevilla que son los más aparejados para poder los recibir y de los que aquí quedaron se pusieron con amos así labradores como oficiales y ciudadanos mill y seiscientos para que los doctrinasen y trabajasen en sus oficios en esta ciudad y en algunos lugares comarcanos de ella. Todos los restantes quedaron enfermos de modorra y tabardetes y otras enfermedades muy malas que se comenzaron a pegar a los vezinos de esta ciudad con tanta furia que fue necesario para atajar tan grande mal, con consulta y parecer de médicos, que se sacasen luego a curar fuera de esta ciudad (Boeglin, 2003-2007, p. 97, Apêndice documental 2).

⁵ Como chamados em alguns momentos por cronistas e membros destacados da sociedade granadina, cotidianamente ou em discursos.

⁶ Fernández Chaves e Pérez García incluem números que chegam a 25% ou até 35% (2017, p. 14). Boeglin também considera os 25% (2003-2007, p. 80).

Menciona também a gravidade do contágio por enfermidades como *modorra* – que retirava o homem de sentido causando sonolência, e era vinculada à criação de ovelhas (Cobarrubias Orozco, 1611, p. 552) e *tabardete* – febre ponticular, inflamatória, com pintas diversas daquelas da peste (bubônica), tremores ou outros sintomas intermitentes (Villalba, 1802, t. 1, p. 183-185), e a necessária remoção da cidade dos indivíduos afetados. Após acomodadas em hospitais, mil pessoas enfermas foram curadas.

Somado ao desgaste da longa rebelião, na deportação as condições de saúde dos mouriscos se agravaram pelo moral baixo (pela separação de famílias, desenraizamento e rompimento das redes de alianças e solidariedade) e a inclemência do clima. A caminho do exílio padeceram, rebelados ou não, de ataques das tropas, que os roubaram, sequestraram e assassinaram (Lea, 2007, p. 308).

Em 1º de novembro de 1570, o levante mourisco⁷ foi considerado debelado, após mais de dois anos de uma guerra com duas faces: a real, confusa e decepcionante, guerra de montanhas, cheia de surpresas, de dificuldades e de terríveis crueldades, desenrolando-se nos altos da Serra Nevada, e a outra, destinada a mover paixões europeias e do Oriente, alimentando uma rede de cumplicidades e espionagem, com a Europa ordenando seus papeis (Braudel, 1995, v. 2, p. 437). O objetivo de remover os naturais de sua terra parecia ter sido alcançado.

Descrições dos recém-chegados a Sevilha indicam pobreza, doenças, fome, infinitos pedidos de esmolas, e a insistência das autoridades na separação das pessoas:

Tiénesse por cierto [...] que son muertos aquí más de los mill de ellos y muy gran parte de los que se llevaron fuera, y de cada día se van muriendo y parece que, entre sanos y enfermos, están en esta ciudad hasta mil y seiscientos con mucho trabajo y pobreza. Y así, por esto como por sus enfermedades, no se podrán sacar de donde están hasta que convalezcan ni se puede tener certidumbre de los que quedarán vivos y libres de las enfermedades que tienen que, cuando lo estén, se podrán repartir algunos de ellos por las collaciones de esta ciudad que son veinte y cinco y los demás por los otros lugares de ella, adonde no se han llevado, que serán más de cincuenta, haciendo la mayor división dellos que sea posible para que mejor reciban la doctrina cristiana y trabajen en sus oficios poniéndoles graves penas para que dellos ni de la tierra no hagan falta ni ausencia (Boeglin, 2003-2007, p. 96, Apêndice documental 1).

Estima-se aproximadamente 80 mil pessoas deportadas (15 mil da cidade de Granada) (Harris, 2007, p. 24), e 25 mil escravizadas (Fernández Chaves, Pérez García, 2017, p. 14). As regiões parte do programa de reassentamento, iniciado antes mesmo do cessar dos conflitos (1569-1571) (Codoin, t. 28), incluíram Castela-a-Velha, Castela-Mancha,

⁷ *Cristianos nuevos de moro, naturales de la tierra* ou *moriscos*: conversos, descendentes de muçulmanos do reino de Granada, batizados à força na *conversión general* de 1502. Grupo heterogêneo presente na Península Ibérica.

Estremadura e o Vale do Guadalquivir. Buscava-se diluir a população mourisca no seio da sociedade cristã-velha, acautelando-se de outras rebeliões pela assimilação ou extinção da sua cultura (Fernández Chaves, Pérez García, 2017, p. 14), estratégias para efetivar a uniformização social. Tratava-se de amplificar o processo iniciado na virada do século.

O inquérito real sobre as cidades suscetíveis de receber os mouriscos fundamenta os princípios da iniciativa:

a parecido que se rrepartan y pongan en las ciudades villas y lugares destes nuestros rreynos por menudo apartados y divididos por manera que siendo posible no aya mas de uno u de dos en cada parrochia de cada pueblo o los que pareciere segun la dispusicion y comodidad que huviere en el y para hacerse el rrepartimiento como conbiene queremos tener de vos rrelacion particular de los pueblos que ay en la tierra y juron dessa va y su corregimiento assi realengos y eximidos como abbadengos y de senorio y de los vezinos que cada uno tiene y tambien de las parrochias que ay en essa va y en los dichos lugares y los parrochianos que tiene cada parrochia y la comodidad y oficios y arteficios que ay en ellos en que puedan ganar de comer y vivir sustentarse y entretenerse y que forma parece alla q podria aver para ello y para que no se ausenten ni vayan a vivir a otras partes sin expresa licencia nuestra [...] (Vincent, 1970, p. 241, Apêndice documental 1).

As medidas da Coroa abarcavam as desobediências; assim, a Resolução do rei quanto às penas por retorno ao reino de Granada determinava o envio a galeras:

Todos los moriscos mayores de 17 años y menores de 55 que fuesen útiles para el remo se llevasen á las galeras, dejando todos los demás con sus mugeres é hijos para que se llevasen á los alojamientos [...] y los gastos que en lo dicho se hicieren habian de ser á costa de los mismos moriscos y pagando lo que lo tuviesen por otros, y cuando todo esto no bastare se les podria dar licencia para que se socorriesen de mi hacienda [...] (Janer, 1857, p. 273-274).

A *Pragmática y Declaracion sobre los Moriscos del reyno de Granada, y la orden que con ellos se ha de tener*, de 1572,⁸ para além da ordem de remoção e repartição, estipulava que a finalidade do processo seria para benefício das “*animas*” dos mouriscos, para ajudá-los a chegar à salvação. Convinha promover uma política de registros e de controles completos e abrangentes; incluindo eventuais desaparecimentos. Qualquer movimentação somente poderia ocorrer mediante licenças expressas da justiça local; nesse caso, os mouriscos não deveriam ser incomodados. A intenção, lemos no texto, não era prejudicar seus negócios particulares ou modo de vida, ainda que as permissões fossem por tempo determinado, para garantir a guarda e custódia dos mouriscos do reino de Granada no livre exercício de viver

⁸ Edición facsimil. Valladolid: Maxtor, 2008, p. 7-18.

e se sustentar. A licença tratava de circulação e não de mudança de domicílio que, em casos específicos, poderia ser concedida consultando o pároco. A disseminação e materialidade da guarda e distribuição dos documentos deveria ser minuciosa, com punições e castigos específicos para cada tipo de desobediência, e denúncias e penalidades a quem (mouriscos ou cristãos velhos) não desse alerta de sumiços. Reiteravam-se as proibições de posse de documentos e livros em árabe, da comunicação nessa língua e de todas as práticas, objeto de normas anteriores. Os mouriscos deveriam ser bem tratados e nunca injuriados, devendo ser registrados casos de pobreza e de doença e as providências tomadas. O vocabulário ilustra a intensidade do controle da identidade, necessitando os mouriscos, em todas as circunstâncias, estarem de posse dos documentos adequados (Vincent, 2010, p. 3).

Todavia, Vincent matiza os aspectos mais extremos de todo o processo, pois as autoridades do Conselho de Castela levaram em conta as aspirações individuais dos mouriscos, as necessidades das economias locais e as avaliações sobre os riscos representados pelos deslocamentos (Vincent, 2010, p. 3), embora possamos também indagar se já não seriam indícios do fracasso da implementação de medidas demasiado severas.

A *Consulta de la Junta de Poblaciones*, de 17 de fevereiro de 1582, ordenada em 26 de dezembro de 1583, ditava pena de morte a quem retornasse a Granada, ponderando sobre as dificuldades em implementar a pena de envio a galeras, por fim comutada: “*de manera que se puede decir que la ley que pone pena de muerte no ha sido usada ni guardada*” (Janer, 1857, p. 273). Em Pastrana (1585): sinalizava-se a migração de muitos sem passaporte, conseguindo *ejecutórias*, considerando o desterro algo antieconômico

Muchos de los quales son neçesarios para el trato de la seda y otros tratos y granjerias de que resulta provecho a las alcabalas [...] como mas largamente di dello relacion el año pasado de ochenta y tres en el consejo [...] los quales estan por alistar y ellos y sus hijos podran dezir que pueden traer armas y salir sin licencia [...] (Pérez García, Fernández Chaves, 2011-2013, p. 423, com a nota 211).

Esta questão nos leva a elencar a importante e centralizadora *Provisión Real de su Magestad, sobre la orden que há de tener em los negocios tocantes a los Moriscos del Reyno de Granada, que pretendieren ser Christianos viejos*,⁹ de 5 de setembro de 1585, norma de conteúdo processual dirigida aos agentes judiciais da Coroa de Castela, editada para tratar de uma série de aspectos relacionados aos mouriscos granadinos, sobretudo por fraudes de lei relacionadas à Pragmática de 1572. Uma das estratégias de muitos mouriscos granadinos para garantir privilégios, tais como porte de armas e liberdade de movimento, se dava através da obtenção de *sentencias* e *ejecutórias* (prática viciada de fraude) junto aos órgãos da administração da

⁹ Edición Facsímil. Valladolid: Editorial Maxtor, 2008, p.19-26.

justiça ordinária. Buscavam provar serem cristãos velhos (batizados antes da conversão geral de 1502), com *status* social diferenciado. Com esta *Provisión* as competências eram assumidas por tribunal único, o *Consejo de Población*, sediado na corte, inclusive pela constatação do desconhecimento, por parte destes órgãos, das abundantes normativas reais sobre a matéria mourisca (García Gómez, 1999, p. 169, 174).

O reassentamento da população de um reino de grande população de conversos não foi muito bem avaliado mesmo nos lugares de destino e muito contribuiu para o despovoamento de inúmeras pequenas localidades. Neste momento, a questão mourisca de Granada passou a afetar toda a Espanha (Vincent, 1970, p. 217), preocupando os homens de Estado por décadas. Levou até o duque de Lerma,¹⁰ em 1608, a avaliar a medida como um grande equívoco:

Que los moriscos de Castilla fue un gran yerro sacarlos del Alpujarra y tuviera por menor mal que estuvieron allí con la guarda necesaria de presidios y parte de su costa, que no repartirlos por todo el Reyno, pero acabado con lo de Valencia se podra ver y tratar si sera bien bolverlos alla o repartirlos entre los cristianos viejos con tal consideracion que les sean siempre muy superiores y obligandoles a que tengan bienes rayces y que no traxinen ni tengan officios de que la republica pueda recibir daño y sobre todos el secreto es de grandisima importancia (Boronat y Barrachina, Danvilla y Collado, v. 2, 1901, p. 469).¹¹

A movimentação forçada do grupo pela Espanha¹² afetou até quem não participou dos confrontos (*moriscos de paces*) para além dos revoltosos (*moros*).¹³ Novas deportações foram promovidas entre 1573-1574 e meados da década seguinte, afetando em especial pessoas bastante empobrecidas, muitas vezes já assimiladas, e outras que tinham voltado clandestinamente, o que nunca cessou de acontecer (Vincent, 1981, p. 605-607).

Contudo, apesar do deslocamento, o reino granadino não ficou vazio: em 1574 podiam ser contados 9.700 *vecinos* na cidade de Granada, número que passaria a 29 mil, em 1586, no restante do reino. Em 1596 a cifra era de 71.904 famílias, sendo Almería a zona menos povoada (Lapeyre, 2009, p. 132). Em termos de remanescentes mouriscos, observa-se um número entre dez a 15 mil, pessoas com alguma proeminência (famílias colaboradoras com

¹⁰ Paradoxo de um dos artífices da expulsão dos mouriscos da Espanha tempos depois. Pedro de Valencia (1606), no *Tratado acerca de los moriscos de España* postulou o valor dos conversos para a Monarquia (capacidade de trabalho, disciplina, frugalidade e iniciativa etc.), indicando como melhor solução a desvinculação de suas origens, desconsiderando providências mais radicais, preferindo formular algo próximo das remoções de 1570.

¹¹ Também em Lapeyre (2009, p. 133). Em referência ao Conselho de Estado, de 30 de janeiro de 1608. Secretaria de Estado, legajo 212 (Archivo General de Simancas).

¹² Mais sobre a revolta ver o cap. 4 de Contrera (2018).

¹³ Aqui no sentido de identidade muçulmana peninsular originária.

a Coroa), artesãos e especialistas em irrigação, considerados essenciais para a restauração de infraestrutura, e gente a serviço de cristãos velhos, residentes ilegais, mulheres solteiras, viúvas e crianças (Harris, 2007, p. 24; Fernández Chaves, Pérez García, 2017, p. 14). Este contingente indicaria um elo importante de negócios e questões familiares que, em muitos casos, se revela indissolúvel (Castillo Fernández, 1998, p. 132-135).

Exilados terra adentro

Se o exílio interno desencadeou o declínio do reino de Granada, levando-se em conta aspectos da vida social, demografia e economia, a cidade de Sevilha,¹⁴ destino de muitos, ascendia a um *status* de proeminência em riqueza, população e poder, estabelecendo-se como uma das maiores e mais prósperas da Monarquia Hispânica, inclusive pela afluência dos tesouros americanos e a despeito de crises nos anos 1590 (Harris, 2007, p. 26). Por estes motivos a cidade foi valorizada por redes mouriscas ao congregar, até o final de sua presença na Espanha, um bom número de conversos e quiçá, pela proximidade com a *Berberia*, o seu valor fosse maximizado no âmbito da geografia mourisca peninsular (Pérez García, Fernández Chaves, 2011-2013, p. 438).

Sevilha recebeu mouriscos oriundos de Almería e Vera (e outros), conforme Boeglin, quem se debruçou na confusão quanto ao número exato de deportados e onde se encontrariam. Tais instabilidades foram sendo sanadas mediante de uma contagem (*actas reales*) pela qual verificou-se que aproximadamente 4.300 indivíduos (homens, mulheres e crianças)¹⁵ teriam desembarcado das galeras, número reconhecido pelo Conselho de Castela, ainda que pudesse não corresponder à realidade se fossem considerar-se fugas, raptos por cristãos velhos para serviço doméstico particular ou vendas como escravos (Boeglin, 2003-2007, p. 79, 80).

Estas pessoas não seriam à época consideradas escravizadas, já que seu estatuto as colocava em situação algo similar a uma *encomienda* medieval, na qual o trabalho não remunerado, prestado ao amo, seria considerado uma contrapartida a sua manutenção e educação religiosa (Boeglin, 2003-2007, p. 78).

O perfil dos conversos assentados em Sevilha pode ser traçado ainda por outras informações presentes no censo sobre os mouriscos de 1580:¹⁶ o senso de comunidade e a prática de casamentos endogâmicos (entre membros do coletivo), motivo de atritos com

¹⁴ Sobre o papel de Sevilha nos estertores da guerra em Granada e a manutenção de tropas, ver Fernández Chaves e Pérez García (2012, p. 88).

¹⁵ Os dados obtidos por Vincent indicam outras cifras: entre cinco mil e seis mil que teriam partido rumo a Sevilha (1970, p. 215).

¹⁶ Lapeyre (2009, p. 135) se refere ao censo de 1581.

crístãos velhos por preservar rituais muçulmanos, impedindo qualquer assimilação real ao catolicismo (Pike, 1971, p. 371-372).

Incluído em um informe ao rei, de 6 de setembro de 1588, de D. Alonso Gutiérrez, descreve que:

Estos moriscos poseen grandes riqueças, aunque no lo muestran exteriormente por ser como son generalmente mezquinos, y el real que una vez entra en su poder no saben trocarle, y en esta sevilla y Andalucía compran y venden cosas de comer y masan y venden la mayor parte del pan que se come que lo uno y lo otro es el trato que mas enriqueçe. Tienen officios de esparteros, cordeleros y otros de muchas ganancia y esta riqueza es en ellos sospechosa y muy odiosa.¹⁷

É preciso matizar estas afirmações baseadas em estereótipos que não dão conta da diversidade do grupo. Se em trabalhos dos anos 1970, como os de Pike, chegou-se a afirmar que a maior parte dos mouriscos poderia ser classificada como pobre e sem grandes habilidades, em outros mais recentes a sua condição social demonstra ser bem mais heterogênea. No caso dos granadinos, muitos daqueles que permaneceram no reino no pós-guerra integraram grupos assimilados pela Coroa de Castela desde o final do século XV, aos quais foram concedidos privilégios de nobreza por serem considerados crístãos velhos (Soria Mesa, 1992, p. 57; Rubiera Mata, 1996, p. 160), como já apontado aqui. Outros, como os irmãos Berrio, deportados a Toledo (e depois a Sevilha), detinham uma impressionante rede de contatos comerciais, desde antes da guerra, sendo considerados como a personificação da mobilidade graças a suas atividades comerciais, conexões políticas e financeiras (Pérez García, Fernández Chaves, 2011-2013, p. 390, 418). Ademais, esta família também foi alvo de suspeitas quanto a sua fidelidade à Coroa e de apresentar uma cristianização deficiente, além de participação no levante de 1568 (p. 417-419, 428).

Em Sevilha poderiam ser empregados domésticos ou trabalhar em hortas e fornos (na mescla de ingredientes e sova de pães), no interior e nos arredores das cidades. Muitos preferiam a jardinagem, contudo, a maioria dos labores de subsistência se resumia a estivadores, carregadores e trabalhadores do campo (Pike, 1971, p. 372).

Ao contrário de outro lugar-comum, que reforçava tendência de outras cidades castelhanas e aragonesas, a natalidade dos conversos não superava a dos crístãos velhos: “*El hambre, la desnutrición, las enfermedades y epidemias azotaron a las criaturas que tenían de 10 años para abajo en 1570 y en la década posterior la natalidad del grupo morisco no logró recuperarse*” (Boeglin, 2007a, p. 203). Os motivos eram a escassez de moradias, os recursos limitados para a maioria

¹⁷ Boronat y Barrachina (1901, v. 1, p. 635). Segundo o *Tesoro de la lengua castellana o española*, “esparteros” trabalham com “esparto” que seria uma fibra muito útil, inclusive para fazer calçados (alpargatas), e o “cordelero” usaria cordéis ou cânhamo (Covarrubias Orozco, 1611, flv 375 e fl. 238).

e a falta de perspectivas, somando-se à maior mortalidade infantil por viverem em ambientes insalubres (p. 202-203). Viúvos e viúvas compunham um grupo necessitado e vulnerável, relevante demograficamente (p. 202).

Os *tenderos* (pequenos comerciantes de pães, azeite, frutas e vegetais, ambulantes ou em mercados provisórios como feiras) e os *buñoleros* (vendedores de alimentos fritos) eram comuns nas ruas de Sevilha, atuando com as mulheres mouriscas, com seus bolos amanteigados, castanhas assadas e doces (Pike, 1971, p. 372). Um dos muitos autores a fazer referência aos mouriscos foi Lope de Vega, em obras como na comédia *Con pan se lo coma* (1622): “*Llamava el moro a Mahoma, pero no le daba oídos, que estaba haciendo buñuelos, con três o cuatro moriscos*” (Caro Baroja, 2010, p. 192).

A despeito de nenhuma destas ocupações ser lucrativa, conseguiam ser bem-sucedidos, provocando incômodo e ressentimento popular pelos altos preços praticados ou por terem a hegemonia do mercado (Pike, 1971, p. 372).

Ao chegarem em Sevilha, os realocados se concentravam nos bairros mais populares (Triana, San Lorenzo, Gil e Omnium Sanctorum), em geral fora do recinto de muralhas, um cinturão em volta dos bairros residenciais e centrais da cidade. Isto propiciava inquietações da população não mourisca, sobretudo em momentos de tensão, e receios de levantes, como uma suposta sublevação de granadinos em junho de 1580, causadora de toque de recolher e de proibição de sair de casa (Boeglin, 2007a, p. 197-199).¹⁸ Os receios talvez aumentassem por ser Sevilha, na segunda metade do século XVI, considerada uma cidade de mulheres (pela migração às Índias ou participação masculina em guerras) (Boeglin, 2007b, p. 32).

Ao contrário do determinado nos bandos, um número significativo morava em comunidade, aglomerados, em fornos, banhos e em “*corrales de vecinos*” ou “*corrales de vecindad*” (Boeglin, 2007a, p. 197-199), descritos

con los datos disponibles se podría decir, en efecto, y someramente, que esta tipología residencial se configuraba en Sevilla mediante la construcción de una casa en un solar interior – huerta o compás – por medio de una crujía de habitaciones que se adosaban a los linderos (Núñez González, 2019, p. 230).

Certos elementos construtivos derivam “da necessidade dos *vecinos* de fazer uso dos espaços vazios de uma cidade cada vez mais densamente povoada” (Núñez González, 2019, p. 240). Mais de 25 *corrales de vecinos* documentados poderiam ser encontrados pela cidade e não eram exclusivos de uma única *collación*.¹⁹ Esta característica sugere o tipo de população ocupante: de origem humilde, de passagem em busca de trabalho ou de um destino,

¹⁸ Estes eventos não se concretizaram, mas os implicados foram interrogados e torturados, confessando sua participação (Boeglin, 2007b, p. 29-55).

¹⁹ *Vecinos* de uma mesma paróquia.

indicando residência temporária na cidade, com diversas condições sociais, nem sempre humildes ou pobres (p. 240-241).

A perda de agência dos mouriscos no pós-guerra (Vincent, 1970, p. 213) não os impedia de insistir na circulação com finalidades diversas por terem ocupações de *tragineros*²⁰ ou médicos, que promoveriam a “seita de Maomé” ou participariam de supostas conspirações. Este foi o caso do licenciado Luis de Guevara, médico e cirurgião, originário do reino de Granada, *vecino* de Toledo, acusado pelos vizinhos de ser mourisco, exercer esses ofícios, e também de haver entrado na cidade sem passaporte (1585):

*era morisco de os nuevamente conbertidos rebelados de los del reino de Granada e hijo e nieto de tales. E por ser tales rebelados y traidores a la dicha ciudad. E alistados a la dicha ciudad e no pudiendo como no pedía el dicho licenciado usar el dicho oficio de medico e cirujano andarse el licenciado [...].*²¹

Soma-se a isto o fato de Guevara andar armado, comportando-se como um cristão velho, além de não prestar contas às autoridades por ser mourisco, ou seja, declarar-se nas *Listas Generales*. Granadino e considerado importante, Guevara teria sido um dos envolvidos (junto com seu pai, Iñigo Hernandez) na disseminação de um rumor para um suposto retorno ao reino de Granada, provocando alvoroços entre os mouriscos de Toledo (Pérez García, Fernández Chaves, 2011-2013, p. 429-430).

Após uma década da repartição original dos mouriscos era necessário produzir novas listas “*de ubicación de exiliados*”, pois muitos abandonaram os lugares onde foram inscritos, além de cometerem toda classe de enganações relativas a sua identidade e outros delitos (Lapeyre, 2009, p. 135). O governo de Felipe II, cioso da importância da informação, exigiu várias vezes dos corregedores ou das autoridades religiosas locais a realização de relações sobre o número de mouriscos nas respectivas circunscrições, gerando séries sucessivas referentes a 1571, 1581 e 1589 (p. 133).²² Este labor periódico reforça a ideia de que os mouriscos espalhados requeriam incessantes ações de vigilância por parte do Estado.

Um relatório feito pelo doutor Liébana,²³ comissionado pelo Conselho contra os mouriscos, explicita acusações inclusive de retorno clandestino a Granada e Andaluzia, e, com base em suas conclusões, a autoridade real teria executado um novo censo:

²⁰ “*Traginar, llevar cargas de vna parte a otra, como hazen los recueros, que por esta razon se llamaron tragineros, del verno Lat. traho trahis, traxi, por lleuar, o traer alguna cosa*” (Covarrubias Orozco, 1611, Segunda parte, fl. 51).

²¹ Archivo de la Real Chancillería de Valladolid, Registro de Ejecutoria, Caja 1533, 38, Pares. Paleografia de Viviane da Cruz Kawata, a quem agradeço também a ajuda com o inglês do resumo.

²² Conforme Boeglin (2007a, p. 206) os mouriscos antigos não eram contabilizados nos censos pois eram considerados assimilados aos cristãos velhos.

²³ Conhecido juiz de mouriscos (Vincent, 2010, p. 4; Lapeyre, 2009, p. 135; Janer, 1857, p. 272; García Gómez, 1999, p. 179).

Que desde 1577 á 1581 se habian hallado muertas mas de 200 personas con muy crueles heridas cerca de lugares muy poblados como son Toledo, Alcalá, Guadalajara, Valladolid, Sevilla y tras partes. Se atribuian todas las muertes y lo robos á los moriscos que se trujeron del reino de Granada.

Está averiguado que 6 ó 7 cuadrillas de moriscos han hecho todas las muertes y robos y traen desasosegada toda la tierra.

Casi todos los salteadores son de los que se rebelaron en Granada y se atreven á hacer las muertes en caminos públicos, llanos y descubiertos, confiados que están seguros con recogerse á qualquier casa de hombre de su nacion.

Matan comunmente por los caminos arrieros, gente que anda sola y desarmada, y generalmente todos los moriscos que beben vino son salteadores.

Llevaron los moriscos á Castilla el año de 157... y no comenzaron á saltar hasta el de 77 porque no conocian la tierra para acogerse y eludir la pena.

Con no haberse guardado las leyes habian cobrado ánimo y muchos volvian á Granada, y los mismos corregidores y personas autorizadas les tenian miedo.

Argumenta justificando de forma similar aos posteriores bandos da expulsão final, os quais sustentam que nenhum se converteu, antes cresceu a sua obstinação, convencidos de sua heresia e apostasia

De cristandad no hay que fiar en ellos... Nunca dieron muestra della con haberse procurado por tantos caminos, y así conviene mucho acudir al remedio y no hay que fiar de los moriscos viejos de Avila, Arévalo y otras partes, que no son mas cristianos que los otros.

Segun el poco cuidado de su reformation y la obstinacion con que están en su ley, se puede temer que pervertirán la religion cristiana (Janer, 1857, p. 272).²⁴

Para além do censo de 1581, outra contagem de 1589 (o *Censo de población*, de Tomás González) foi entendida como deficiente e questionável por Lapeyre, pelo modo de agrupamento dos dados, apontando 54.571 mouriscos granadinos, número arredondado para 60 mil ao considerar localidades adicionais (Lapeyre, 2009, p. 136-140 e nota 47). Também qualificado de incompleto e sem uniformidade, o censo de 1581 sofreu da falta de elaboração de listas pelos prelados. Mesmo assim, Lapeyre entendeu o trabalho estatístico dos burocratas do rei como rigoroso e com resultados acertados. As suas conclusões apontam que: 1) a repartição de 1571 não teria sido respeitada; 2) os mouriscos não permaneceram em povoados pequenos, afluindo para as cidades, pela maior liberdade,

²⁴ Ver também: *Bando general de expulsión de los moriscos de Valencia* (22 sept. 1609). Impresso digitalizado, disponível em PARES: <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/show/12901108>. Acesso em: 20 set. 2020.

oportunidades de trabalho mais fáceis e, em alguns casos, o valor de uma comunidade de *mudejares antiguos*²⁵ (Lapeyre, 2009, p. 136).

As análises demográficas de Boeglin também reforçam a percepção de um número crescente de mouriscos granadinos, afrontando os bandos e editos voltados a limitar o seu livre movimento (Boeglin, 2007a, p. 195).²⁶

No caso das atividades que previam o ir e vir, a perda de autonomia resultava mais do que no simples pedido de emissão de passaportes, mas em pleitos contra cristãos velhos agentes do Estado, tais como escrivães e outros, que dificultassem a circulação, conforme este testemunho de 1577, feito por uma autoridade local, na concessão de permissões de viagem que, pela facilidade com que eram obtidas, acabavam colaborando no acobertamento da circulação ilegal:

muchas partes, y algunos de estos han pedido pasaportes a las justicias donde se alistaron diciendo que iban a ver deudos y parientes, y por este respecto dádoselo las justicias por tiempo limitado, en el cual no vuelven, antes se van a otras partes donde les parece aunque sean cercanas al Reino de Granada y allí con mañas y cautelas que tienen con gentes principales a quien procuran servir hacen con las justicias que les den vecindades. De estos hay muchos (Fernández Chaves, Pérez García, 2017, p. 24, nota 13).

Nesta diáspora castelhana e, a despeito das limitações legais para retornar a Granada, os mouriscos circulavam também na busca pela reconstrução de famílias, comunidades e do sistema tradicional de liderança política (Fernández Chaves, Pérez García, 2017, p. 18). De acordo com Caro Baroja (2010, p. 188): “*En primer término vivían sueltos, puesto que se les había prohibido concentrarse en ‘morerías’, libres también de todo vasallaje o dependencia de señor*”.

Recordamos que, desde antes de 1568, ordens eram editadas e reeditadas, vetando a circulação de mouriscos, especialmente em Valencia. Proibia-se mudar de domicílio sem permissão ou acampar próximo ao litoral, o contato com mouros, pessoas não conversas, gente da *Berberia* e de outros lugares norte-africanos. Para muitos, essas contínuas proibições indicariam falta de adesão, “*la ley se acata pero no se cumple*”, como diz a máxima da cultura do descumprimento.

²⁵ Muçulmanos sob governos cristãos.

²⁶ Boeglin (2007a) estudou a demografia do padrão de 1589, mas indica que os dados totais apontados não são os mesmos que em Lapeyre e Vincent, por isso consideramos algumas de suas análises embora não as estimativas numéricas.

Identities mouriscas

Na Espanha do princípio da Época Moderna “a vasta maioria de homens e mulheres sofreram de forma severa a limitação de suas habilidades de controlar [...] seus destinos, matéria de não pouca importância para a sua identidade” (Amelang, García-Arenal, 2020, p. 389). Ao esmagar a rebelião granadina, a Coroa tomou as medidas decisivas para que os mouriscos passassem progressivamente “a desaparecer como interlocutores [...] tornando-se objetos inertes das políticas cristãs”, segundo Bernabé Pons, que lembra que a remoção de seus territórios originários efetivaria um projeto formulado bem antes do levante (Bernabé Pons, 2009, p. 43).

A circulação forçada desvinculou o grupo de sua terra e da comunidade, expropriando-o não apenas de bens móveis e imóveis, mas de hábitos e costumes (o que foi apontado como causa do levante²⁷), entendidos como manifestações de práticas muçulmanas.

Se os mouriscos do reino de Granada (e de toda Espanha) nunca foram um grupo homogêneo, alguns vínculos permaneciam no âmbito da Monarquia Hispânica, a exemplo de outros conversos, por integrarem um “forte sentido de comunidade local ancorado em santos patronos e outros objetos de devoção, igualmente locais”. Essas “religiões locais” apoiaram e aproveitaram a existência de um forte sentido de identidade similar, profundamente enraizado numa geografia sagrada (identidades locais) (Amelang, García-Arenal, 2020, p. 393).

No *Tratado sobre mouriscos da Espanha*, Pedro de Valencia descreve características e costumes que possibilitam vislumbrar o ideal do paradigma humano das classes rurais intermediárias (Carrasco, 1999, p. 15, 16) e compreender o incômodo dos cristãos velhos de Sevilha:

Los Moriscos pues por la mayor parte son Cavadores, Segadores, Pastores, Hortelanos, Correos de Apie, Recueros, Herreros, y de otros oficios de trabajo, y exercicio; estan hechos à pasar con qualquiera, poca y mala comida, y gastan poco, y quando no (fl. 36v) es mas de el no beber, es una grande ventaja, que nos tienen para en la Guerra, por que el de el vino es un mui grande gasto, y en faltandoles à los soldados, que lo usan beber, desmayan, y sienten mas la falta de el, que la de la Polvora (Valencia, 1606, fl. 36-36v).

As identidades dos mouriscos, conversão e doutrinação parecem ocupar um lugar especial, já que o principal debate aqui era a religião. Se o grupo podia ser tecnicamente

²⁷ Proibições de uso do árabe em contratos, nomes, livros, vestimentas, hábitos higiênicos e de alimentação e abate de animais etc.

considerado converso, a marginalização, conforme Epalza²⁸ (apud Vincent, 2015, p. 155), supõe a sua identidade perante certos grupos das esferas de poder, considerando-os “*ante todo musulmanes herederos de la vida islâmica del al-Andalus y de las comunidades muçulmanas mudéjares, hermanos de los musulmanes del Magreb y de Oriente*”. Ao ponderar esta interpretação Vincent,²⁹ insiste no caráter minoritário e não marginal, e afirma que a aproximação entre esses termos tornaria natural que fossem muçulmanos ou criptomuçulmanos (Vincent, 2015, p. 155).

Conforme Herzog, apesar da importância do aspecto religioso na Espanha moderna, é essencial considerar também o grupo ao qual pertencem os indivíduos, por não serem os comportamentos concebidos individualmente. Estes seriam construídos, tendo como referência a pertença a um grupo com determinadas práticas (Herzog, 2003, p. 120). No caso dos mouriscos granadinos em Sevilha temos ainda o agravante de que a comunidade local de conversos (mouriscos antigos) não correspondia aos “recém-chegados” a partir de 1571. Lembrando que, para efeito dos censos, os mouriscos antigos não eram considerados como população mourisca (Boeglin, 2007a, p. 206).

A conclusão de Herzog sobre a comunidade de nativos espanhóis (em territórios hispânicos) é que seria definida tendo como referência a religião, por um lado, e a integração por outro. Observa-se, assim, “como um discurso focado na integração foi usado para excluir pessoas, especialmente com base no fato de serem oriundas de grupos marginais” (Herzog, 2003, p. 120).

Se a deportação, conforme a documentação institucional, buscava a integração e plena assimilação à sociedade católica, o fato é que se concebeu como etapa, talvez calculada, posterior a medidas que avivaram o fogo do levante: a destruição de práticas cotidianas plenas de caráter identitário.³⁰ Um importante obstáculo para a sobrevivência como coletivo seria a vontade demonstrada pela Coroa para proceder a sua aniquilação cultural pelas interdições do uso do árabe, das formas externas de identificação baseadas nos sobrenomes mouriscos e em práticas e rituais muçulmanos específicos, pela permanência das proibições e das punições inquisitoriais. (Fernández Chaves, Pérez García, 2017, p. 20-21).

Considerar o tópico identidade dos mouriscos se faz relevante na aproximação dos temas do exílio e da circulação por terras andaluzas e castelhanas por permitir entender melhor diferenças entre grupos de conversos e situações específicas de rebeldia

²⁸ *Les morisques et leur temps: Table Ronde Internationale, 4-7 Juillet 1981*. Montpellier. Paris: Editions du Centre National de de la Recherche Scientifique, 1983.

²⁹ Vincent considera os mouriscos uma parte da sociedade, concepção abraçada por García-Arenal, que os percebe como uma minoria, partindo de uma visão histórica da Espanha do século XV. A outra interpretação, citada ainda por García-Arenal, entende-os como uma comunidade plenamente islâmica tradicional e ortodoxa. No estudo preliminar de uma recente edição de *La vida religiosa de los moriscos* (1998), Cabanelas segue essa mesma linha.

³⁰ Ver nota 27 deste texto.

habrá diez meses poco mas o menos que sintió los moriscos de Sevilla algo alterados y en pláticas muchos de los moriscos que residían en esta ciudad del Reino de Granada estaban determinados de quererse levantar e irse una noche por la Sierra de Ronda a las Alpujarras porque estaban enfadados por las prisiones y molestias que les hacían por hablar algarabía y traer armas y por otras cosas.³¹

A desobediência se expressa na “esperança de voltar ao antigo reino de Granada ou fugir a África do Norte [...] uma constante nos círculos dos deportados” (Boeglin, 2007b, p. 48). As oportunidades de circulação seriam essenciais para formular estratégias de escapes em meio à intensidade das proibições, controle e vigilância.

Na qualidade de uma comunidade da diáspora, os granadinos contavam com uma “habilidade de ocupar nichos altamente lucrativos em setores sensíveis e estratégicos, além de demonstrar-se úteis aos encarregados locais” (Fernández Chaves, Pérez García, 2017, p. 15).

O apoio formal ou implícito por parte das autoridades se baseava no seu vigor econômico como artesãos habilidosos, negociantes, agricultores e fabricantes de seda (Fernández Chaves, Pérez García, 2017, p. 15).

Esta realidade, no entanto, era determinada por redes comerciais que integravam desde Granada, como é o caso dos citados irmãos Berrio, com vastas conexões englobando, entre outros inúmeros lugares, Andaluzia e Castela desde antes de 1568, movimentando enormes somas. Estes mouriscos se movimentavam bastante, conforme interesses de negócios, fazendo visitas a Madri (Fernández Chaves, Pérez García, 2017, p.16; Pérez García, Fernández Chaves, 2011-2013, p. 408-421).

Se a Coroa decretava o controle da população mourisca, as jurisdições locais, em geral, se mostravam relaxadas na sua aplicação, por motivações econômicas. A concessão de passaportes de viagem e salvo-condutos se relacionava a interesses de negócios, conveniências pessoais que, como vimos, as pragmáticas previam, mas também para a busca de parentes e amigos, resgate de escravos e a reorganização da comunidade (Fernández Chaves, Pérez García, 2017, p. 16).

Observa-se um bom número de processos, petições, *ejecutorias* ou pleitos das décadas de 1570, 1580 e 1590, envolvendo a situação de mulheres, jovens e crianças escravizados, com pedidos de libertação, argumentando não terem participado do levante. Famílias inteiras se empenhavam nestes pedidos em Sevilha, Toledo, Valladolid, entre outros.³² A força dos laços familiares e de solidariedade evidenciava-se na libertação de grande número de escravizados, cuja procura e soltura seriam impossíveis sem uma densa rede de informação,

³¹ Declaração do assistente de Sevilla no final de 1580 sobre o testemunho de um mourisco (Boeglin, 2007b, p. 35).

³² Disponíveis digitalizados em PARES: <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/find?nm=&texto=moriscos+granada>. Acesso em: jun. 2021.

ou a relevância de um grupo familiar com relações de ajuda mútua, contribuindo na arrecadação de somas importantes (Fernández Chávez, Pérez García, 2017, p. 19).

Considerações finais

A movimentação forçada dos mouriscos granadinos seguiu um princípio que ressurgiu em diversos momentos na Espanha do século XVI, visando à salvação das almas no âmbito da fé católica, determinações que se provaram inúteis. Conforme Vincent, a Espanha adota em 1571 a mesma linha de ação que em 1500, no que concerne aos conversos mouriscos: devem tornar-se cristãos custe o que custar. Com o reassentamento de 1570, cerca de 60 ou 70 mil granadinos passam a viver esparsos numa espécie de prisão domiciliar, monitorados regularmente (Vincent, 1970, p. 233).

A esta situação complexa, soma-se a falta de unidade de critérios na tomada de decisões sobre a matéria que, conforme avança o tempo, gerou um *corpus* legislativo de decisões contraditórias e paliativas que possibilitou aos mouriscos a efetivação de estratégias de mobilidade e permanência (Martínez Almira, 2018).

Em 1582, no âmbito do Conselho de Estado reunido em Lisboa, decidiu-se a expulsão geral dos mouriscos da Península Ibérica, ideia abandonada por algumas décadas,³³ embora o recurso do extermínio afluísse periodicamente até 1610 (Vincent, 2009, p. 24).

A circulação de parte dos mouriscos granadinos da diáspora não pode ser analisada isoladamente do destino dos que permaneceram em Granada e de suas redes. Analisar o *status* original dos indivíduos também se faz necessário pela heterogeneidade do coletivo. Seria o caso de outro próspero mourisco, Gaspar de Raya, mercador e proprietário de terras, acusado de participar do levante, e preso no começo da guerra. Depois de inocentado e libertado, fixou-se em Toledo, pleiteando junto com outros conversos (os Berrio) o direito de acesso, ainda que parcial, a Granada (1577). Após a sua morte, a filha e herdeira Florencia de Raya (vinculada por matrimônio à elite mourisca do Albaicin) pressionaria a Coroa pelo fim do confisco de seus bens, conseguindo recuperar e receber uma parte. No exílio, Gaspar se valeu de contatos internacionais em Veneza, para tentar passar-se a Constantinopla, destino de muitos no século XVI (Fernández Chaves, Pérez García, 2015, p. 99-100). A rede de influências e negócios de figuras como esta permite propor um outro aspecto que se relaciona com a identidade dos mouriscos: a relativa perenidade dos laços da comunidade em Granada.

³³ Boronat y Barrachina (1901, v. 1, p. 295, 306, 307), por falta de mão de obra na agricultura, comércio e manufaturas, consequências da peste e prenúncio de uma crise financeira.

As relações comerciais/financeiras correspondiam a uma das muitas faces das permanências. A ânsia pelo retorno a Granada causava rumores e alvoroços periódicos, junto com ações políticas concretas, efetivadas por figuras proeminentes em Granada e no exílio (Pérez García, Fernández Chaves, 2011-2013, p. 419).

Prontamente debelado pelas autoridades, um complô urdido por membros da comunidade mourisca (Hernando Muley e seu filho de 16 anos, Álvaro Marín, presos e torturados) indica tensões em Sevilha e em outras cidades andaluzas, provocadas por questões sociais dos granadinos (pobreza, abastecimento de alimentos, peste) ou do grupo mourisco em geral (prisões, perseguições pelo uso da *algarabía* e porte de armas), além de grupos ou quadrilhas instaladas sem ordem na cidade, promovendo saques, delitos e desordens (Boeglin, 2007b, p. 30, 34, 51, Apêndice documental n. 1). Ainda assim, o conde de Villar buscou proteger a população mourisca de Sevilha, sem deixar de tomar medidas preventivas contra eventuais conspirações (Cook, Cook, 2009, p. 34).

Em reuniões sediadas em Madri, em 1592 (e posteriores), muitos *diputados* alertaram o rei para o perigo do grupo, lamentando que em 20 anos o problema não tivesse sido resolvido (Cardaillac, 2004, p. 31):

En las Cortes pasadas se suplicó a Vuestra Magestad fuese servido de mandar poner remedio conveniente al daño presente, del que adelante podrá resultar de tanto número de moriscos del reyno de Granada como en él ay; no se ha proveydo, y este daño va cada día en crecimiento.

A deportação e o reassentamento dos conversos granadinos anunciava a solução do problema de conversão e integração pela dissolução de grupos potencialmente perigosos ao *status quo*, porém, para além das mortes, da dispersão e desorganização de famílias, escravizações e doenças, acrescido aos prejuízos econômicos e sociais ao antigo reino *nasrida*, o problema mourisco permaneceu em aberto. Por mais obsessiva que fosse a limitação de circulação (Vincent, 2010, p. 2), o conjunto de operações de controle do grupo no exílio não passou de um fracasso para uma eficaz uniformização social e religiosa e, para alguns conversos, abriu novos horizontes e estratégias de superação dos traumas da guerra civil. A mobilidade, mesmo como problema para os conversos, possibilitou o desenvolvimento de táticas, através de redes, para preservar bens e famílias; aumentar posses pelo comércio e serviços e conseguir a devolução de partes ou do todo de seu patrimônio, mantendo pelo menos uma boa parte dos mouriscos em movimento em seus próprios termos.

Referências

- AMELANG, James S.; GARCÍA-ARENAL, Mercedes. Religious Conversion and Identities in the Iberian Peninsula. In: BOUZA, Fernando et al. (eds.). *The Iberian World, 1450-1820*. New York: Routledge, 2020, p. 389-413.
- BERNABÉ PONS, Luis F. *Los moriscos: conflicto, expulsión y diáspora*. Madrid: Catarata, 2009.
- BOEGLIN, Michel. De Granada a Sevilla: itinerario y destino de la minoría morisca en la Bética. *Sharq Al-Andalus*. n. 18, p. 73-102, 2003-2007.
- BOEGLIN, Michel. Demografía y sociedad moriscas en Sevilla: el padrón de 1589. *Chronica Nova*. n. 33, p. 195-221, 2007a.
- BOEGLIN, Michel. Entre la resistencia a la política de asimilación y la fabulación: el “levantamiento” de los moriscos andaluces de 1580. *Historia. Instituciones. Documentos*. n. 34, p. 29-55, 2007b.
- BORONAT Y BARRACHINA, Pascual; DANVILLA Y COLLADO, Manuel. *Los moriscos españoles y su expulsión*. 3 v. Valencia: Impr. de F. Vives y Mora, 1901.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo de o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. v. 2. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- CABANELAS, Darío, O.F.M. Estudio preliminar. In: LONGÁS, Pedro. *La vida religiosa de los moriscos*. Granada: Universidad de Granada, 1998.
- CARDAILLAC, Louis. *Moriscos y cristianos: un enfrentamiento polémico, 1492-1640*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- CARETTE-ISMAÏL, Alice. La circulación de los moriscos en los relatos cristianos de la guerra de las Alpujarras (Hurtado de Mendoza, Mármol Carvajal, Ginés Pérez de Hita). In: KADRI, Alice et al. (eds.). *Circulaciones mudéjares y moriscas: redes de contacto y representaciones*. Madrid: CSIC, 2018, p. 229-255.
- CARO BAROJA, Julio. *Los moriscos del reino de Granada*. Madrid: Alianza, 2010.
- CARRASCO, Rafael. Estudio introductorio. In: MO-ROCHO GAYO, Gaspar (dir. y coord.). *Pedro de Valencia: obras completas*. v. IV: *escritos sociales*. León: Universidad de León/Secretariado de Publicaciones, 1999, p. 15-65.
- CASTILLO FERNÁNDEZ, Javier. Los que se fueron y los que se quedaron: destino de los moriscos del norte del reino de Granada. *Revista del Centro de Estudios Históricos de Granada y su Reino*. n. 12, p. 115-146, 1998.
- CONTRERA, Ximena León. *O desterro dos naturais da terra: escrita, cotidiano, profecias e revolta na expulsão dos mouriscos de Espanha (1492-1614)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.
- COOK, Alesandra P.; COOK, Noble D. *The Plague Files: Crisis Management in Sixteenth-Century Seville*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2009.
- COVARRUBIAS OROZCO, Sebastian de. *Tesoro de La Lengva Castellana, o Española*. En Madrid: [s.n.], 1611. Impreso digitalizado, Biblioteca Nacional de España, Madri. Disponível em: <http://bdh.bne.es/bne-search/detalle/4216062>. Acesso em: 5 fev. 2015.
- FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel F.; PÉREZ GARCÍA, Rafael. M. The Morisco Problem and Seville (1480-1610). In: INGRAM, Kevin. *The Conversos and Moriscos in Late Medieval Spain and Beyond*, v. 2. New York: Brill, 2012, p.75-102.
- FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel F.; PÉREZ GARCÍA, Rafael. M. The Perpetuation of the Morisco Community of Granada: Their Networks in the Iberian Peninsula and Beyond. In: SILVA TAVIN, José Alberto R. et al. (eds.). *In the Iberian Peninsula and Beyond: A History of Jews and Muslims (15th-17th Centuries)*. v. 1. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2015, p. 86-116.
- FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel F.; PÉREZ GARCÍA, Rafael. M. The Nation of “Naturales del Reino de Granada”: Transforming Identities in the Morisco Castilian Diaspora, 1502-1614. In: FREIST, Dagmar; LACHENICHT, Susanne. *Connecting Worlds and People: Early Modern Diasporas*. New York: Routledge, 2017, p. 10-30.
- GARCÍA BALLESTER, Luis. *Los moriscos y la medicina:*

un capítulo de la medicina y la ciencia marginadas en la España del siglo XVI. Barcelona: Labor Universitaria Monografías, 1984.

GARCÍA GÓMEZ, María J. La Provisión Real de 3 de septiembre de 1585: los procesos sobre la condición social de los moriscos de la corona de Castilla. In: *La Administración de Justicia en la historia de España*. Guadalajara: Junta de Comunidades Castilla-La Mancha, 1999, p. 169-191.

HARRIS, Katie. *From Muslim to Christian Granada: Inventing a City's Past in Early Modern Spain*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007.

HERZOG, Tamar. *Defining Nations: Immigrants and Citizens in Early Modern Spain and Spanish America*. New Haven: Yale University Press, 2003.

JANER, Florencio. *Condición social de los moriscos de España: causas de su expulsión, y consecuencias que esta produjo en el orden económico y político*. Madrid: Imprenta de la Real Academia de Historia, 1857.

LAPEYRE, Henry. *Geografía de la España morisca*. València: Universitat de València, 2009.

LEA, Henry Charles. *Los moriscos españoles, su conversión y expulsión*. Trad. San Vicente del Raspeig. Alicante: Publicaciones de la Universidad de Alicante, 2007.

MÁRMOL CARVAJAL, Luis del. *Historia del rebelión y castigo de los moriscos del Reyno de Granada*. Malaga: por Iush Rene a costa del autor, 1600. Fo.22-Fo.25.

MARTÍNEZ ALMIRA, María Magdalena. *Musulmanes en Indias: itinerarios e nuevos horizontes para una comunidad bajo sospecha*. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Jurídicas/Unam, 2018.

NÚÑEZ GONZÁLEZ, María. Los corrales de vecinos en la Sevilla del Siglo de Oro. *Laboratorio de Arte*. n. 31, p. 229-246, 2019.

PÉREZ GARCÍA, Rafael M; FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel F. Los hermanos Berrio: capital morisco, mediación política y transformaciones co-

munitarias. *Sharq Al-Andalus*. n. 20, p. 385-439, 2011-2013.

PIKE, Ruth. An Urban Minority: The Moriscos of Seville. *International Journal of Middle East Studies*. v. 2, n. 4, p. 368-377, 1971.

RUBIERA MATA, María Jesús. La familia morisca de los Muley-Fez: príncipes merinies e infantes de Granada. *Sharq Al-Andalus*. n. 13, p. 159-167, 1996.

SORIA MESA, Enrique. De la conquista a la asimilación: la integración de la aristocracia nazarí en la oligarquía granadina, siglos XV-XVII. *Áreas: Revista de Ciencias Sociales*. n. 14, p. 49-64, 1992.

VALENCIA, Pedro de. *Tratado acerca de los moriscos de España*. Obras varias. M.S. BNE, Mss 8888, folio 7 (Biblioteca Nacional de España, Madrid), 1606.

VILLALBA, Joaquín de. *Epidemiología española o Historia cronológica de las pestes, contagios, epidemias y epizootias que han acaecido en España desde la venida de los Cartagineses hasta el año 1801...* t. 1. Madrid: en la Imprenta de Don Mateo Repullés, 1802.

VINCENT, Bernard. L'expulsion des morisques du royaume de Grenade et leur répartition en Castille (1570-1571). *Mélanges de la Casa de Velázquez*. t. 6, p. 211-246, 1970.

VINCENT, Bernard. Los moriscos del reino de Granada después de 1570. *Nueva Revista de Filología Hispánica*. t. 30, n. 2, p. 594-608, 1981. VINCENT, Bernard. Como acabar con los moriscos: de la conversión a la expulsión. In: RODRIGUEZ DE DIEGO, Julia Teresa; MARCHENA RUIZ, Eduardo J. *Los moriscos españoles trasterrados*. Madrid: Secretaria General Técnica/Centro de Publicaciones/Ministerio de Cultura, 2009, p. 22-27.

VINCENT, Bernard. Moriscos y movilidad: el ejemplo de Pastrana. *Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna*. v. 42, p. 1-16, 2010.

VINCENT, Bernard. *El Río Morisco*. Zaragoza: Prentas de la Universidad, 2015.